



Résumé : À partir de la distinction entre les deux méthodes de traduction littéraire établies par Schleiermacher, les implications de l'étrangérisation et de la domestication sont analysées en fonction de deux variables : le degré de proximité entre la culture de départ et la culture d'arrivée et les positions relatives des deux cultures par rapport à la centralité et à la périphérie. Enfin, la médiation culturelle de la traduction est perçue du point de vue de l'auto-confiance de la culture d'arrivée, ce qui la rend plus réceptive aux traductions étrangérisées.

Mots-clés : Schleiermacher - traduction et médiation culturelle - étrangérisation et domestication

Resumo : O trabalho parte da distinção proposta por Schleiermacher entre os dois métodos de tradução literária. Discutem-se as implicações das abordagens estrangeirizante e domesticadora quando se levam conta duas variáveis: o grau de proximidade entre cultura-fonte e cultura-meta e as posições relativas das duas culturas em termos de centralidade e periferia. Por fim, aborda-se a questão da mediação cultural da tradução em termos da autoconfiança da cultura-meta, que a torna mais receptiva para traduções estrangeirizantes.

Palavras-chave : Schleiermacher - tradução e mediação cultural - estrangeirização e domesticação

Abstract : Starting from Schleiermacher's distinction between two methods of literary translation, the implications of the foreignizing and the domesticating approaches are discussed in terms of two variables: the degree of proximity between source and target cultures and the relative positions of the two cultures in terms of centrality and peripherality. Finally, the cultural mediation of translation is seen in terms of the target culture's self-confidence, which makes it more receptive to foreignizing translations.

Keywords : Schleiermacher - translation and cultural mediation - foreignizing and domesticating approaches

O trabalho do tradutor é uma forma de mediação cultural. Traduzir é um processo de mediação bem complexo, que necessariamente envolve um grau elevado de manipulação. Essa manipulação só pode ser desprezada para todos os fins práticos quando se trata da tradução de textos em que o elemento humano é quase de todo ausente: por exemplo, manuais de operação de máquinas e relatos de experimentos científicos. No outro extremo do espectro temos a tradução literária, sendo a tradução de poesia o extremo do extremo. Aqui não pode haver nenhuma pretensão de neutralidade, de objetividade mecânica: cada escolha implica uma série de decisões em que o tradutor é obrigado a recorrer a sua sensibilidade, a sua intuição; trata-se de um terreno traiçoeiro em que é difícil justificar as opções feitas, em que a decisão tomada pelo tradutor hoje pode muito bem ser rejeitada por ele próprio amanhã.

O primeiro a formular com clareza o problema das decisões cruciais que têm de ser tomadas pelo tradutor literário foi Schleiermacher, em seu famoso ensaio “Sobre os diferentes métodos de tradução”, de 1813: em última análise o tradutor tem duas opções – ou bem ele traz o texto até o leitor, “domesticando-o”, para usar a terminologia atual, ou bem ele leva o leitor até o texto, numa tradução “estrangeirizante”. Mas Schleiermacher afirma que os dois métodos “são tão diferentes um do outro que um deles tem de ser seguido tão rigidamente quanto possível do início ao fim. De qualquer mistura resulta necessariamente um resultado pouco confiável e é de se recear que autor e leitor se percam por completo” (*in* Heidermann (org.), 2001). Neste ponto, o apreço de Schleiermacher pelas idealizações absolutas falou mais alto do que o conhecimento prático que ele certamente teria adquirido com a sua experiência de tradutor (já que ele verteu para o alemão boa parte da obra de Platão). Na verdade, a própria ideia de que seria possível fazer uma tradução totalmente domesticadora ou totalmente estrangeirizante não pode ser levada a sério. Pois uma tradução totalmente domesticadora seria na verdade algo que não é mais uma tradução: isto é, uma adaptação. A relação entre o original e uma domesticação completa seria como a que existe entre *Threepenny opera* de John Gay e Pepusch e a *Ópera dos três vinténs* de Brecht e Weill ou a *Ópera do malandro* de Chico Buarque. Por outro lado, é difícil imaginar o que seria uma tradução totalmente estrangeirizante; talvez o que mais se aproxime de tal coisa seja o projeto fictício do Pierre Menard de Borges, de reescrever o *Quixote* em espanhol, conservando o texto original palavra por palavra. Na prática, ao contrário do que afirma Schleiermacher, o que o tradutor faz é situar seu trabalho em algum ponto dessa escala entre a adaptação pura e simples e a reescritura menardiana, ora aproximando-se mais de um extremo, ora mais do outro.

Um fator importante deve ser levado em conta nesse cálculo: o grau de proximidade entre a cultura-fonte e a cultura-meta. Quando as duas culturas em questão não são muito afastadas, a distância entre os dois extremos da escala de Schleiermacher se reduz, e a escolha do tradutor se torna menos problemática. A tradução de um texto literário produzido por um autor argentino para o português do Brasil – digamos, o já mencionado Borges – representa um caso de distância bem pequena: os dois idiomas são muito próximos, e para boa parte dos construtos culturais argentinos encontraremos elementos

correspondentes na cultura do Rio Grande do Sul, devidamente acompanhados dos termos que os designam, muitas vezes cognatos próximos dos termos castelhanos do original. Nesse caso, a proximidade entre os dois polos do contínuo de Schleiermacher faz com que haja relativamente pouca diferença entre os resultados de uma abordagem mais domesticadora – uma em que todos os termos fossem aportuguesados, por exemplo – e uma mais estrangeirizante – em que boa parte do vocabulário relativo a coisas argentinas seria mantida em espanhol, confiando-se em que isso não constituiria um obstáculo sério para o leitor brasileiro medianamente culto. No extremo oposto teríamos o caso da tradução para o português brasileiro do *Gilgamesh*, uma obra antiquíssima, produzida por uma civilização muito distante da nossa, sobre a qual muito pouco se conhece. Nesse caso, a distância entre a cultura-fonte e a cultura-meta é tamanha que as categorias de uma dificilmente poderiam ser convertidas nas da outra, e a diferença entre as duas abordagens resultaria em dois empreendimentos radicalmente diversos. A opção domesticadora forçosamente geraria um texto que não seria uma tradução, e sim uma adaptação da obra original, transplantando as aventuras de Gilgamesh para a mata amazônica, por exemplo; já a escolha da alternativa estrangeirizante tornaria necessária a elaboração de um rico aparato paratextual – um texto introdutório contendo informações contextualizadoras, notas do tradutor extensas e abundantes. Foi a opção estrangeirizante, aliás, a adotada por Maysa Monção Gabrielli, a tradutora brasileira do *Gilgamesh*.

A maior parte das traduções situa-se entre esses dois extremos. É esse o caso do trabalho de tradutores que, como eu, a maior parte do tempo vertem obras literárias europeias ou norte-americanas contemporâneas para o português brasileiro. Examinemos o que representam as opções feitas pelo tradutor ao longo do eixo domesticação-estrangeirização em tais circunstâncias. As obras que traduzimos são, na maioria das vezes, produtos de culturas que ocupam uma posição relativamente central na civilização ocidental, em que nós, brasileiros, nos situamos na periferia. Isso significa que, se por um lado o leitor francês ou inglês ou norte-americano ou alemão conhece relativamente pouco a respeito da nossa cultura, o leitor brasileiro, que por ser leitor já pertence, por definição, a uma elite nacional em termos de nível de instrução, tem um conhecimento razoável das culturas centrais. Ao traduzir, pois, uma obra literária oriunda de uma dessas culturas centrais, o tradutor pode fazer suas opções ao longo de um contínuo que admite um grau razoável de variação, bem maior do que no caso da tradução de uma obra argentina contemporânea, e certamente muitíssimo menor do que na tradução do *Gilgamesh*. De modo geral, o tradutor tenderá a domesticar mais o original na medida em que ele julgar que a obra se destina a um leitor do qual se pode exigir pouco, um leitor que não terá grande conhecimento de culturas estrangeiras e que provavelmente não estaria interessado em fazer um esforço maior no sentido de se informar a respeito delas – ou seja, um leitor pouco dado a ler introduções e notas de rodapé. Por outro lado, se um livro naturalmente exige uma certa sofisticação intelectual para ser consumido, o tradutor pode pressupor que seu leitor fará de bom grado o esforço necessário para transportar-se a uma outra cultura, e desse modo produzirá um texto mais estrangeirizado.

Porém quais as implicações de se adotar, numa cultura relativamente periférica, uma ou outra estratégia tradutória ao verter uma obra proveniente de uma cultura mais central? Nesse tipo de situação, como deve ser a atuação do tradutor enquanto mediador entre culturas? A situação é um tanto complexa. Alguns acadêmicos que atuam no campo dos estudos da tradução nos países centrais afirmam que, ao traduzir uma obra de uma cultura periférica para o inglês ou o francês, o tradutor consciencioso deveria sempre produzir um texto estrangeirizante, de modo a fazer com que o leitor europeu ou norte-americano tenha consciência de que o texto que está lendo provém de uma cultura distante, muito diferente da sua. Segundo esses teóricos, o tradutor que produz uma tradução domesticadora reforça o autocentramento do leitor francês ou inglês, fazendo-o crer que o mundo todo foi feito à imagem e semelhança do Ocidente. É preciso forçar o leitor a sair da tranquilidade de seu mundo conhecido e obrigá-lo a enfrentar o Outro em toda a sua estranheza. Assim, a atitude estrangeirizante seria, ao menos nesse caso, mais ética do que a domesticadora.

Por outro lado, se nos colocarmos na posição do tradutor brasileiro que verte obras produzidas na Europa e nos Estados Unidos, vemos que a situação é mais complexa do que pode parecer à primeira vista. Pela lógica, como agora os papéis estão trocados, a atitude ética não seria fazer uma tradução domesticadora? Pois se ao traduzir um romance norte-americano eu me esforço para manter as características estrangeiras do texto, não estarei reforçando a invasão cultural do inglês em terras brasileiras? Mantendo em inglês todos os topônimos e pronomes de tratamento, conservando o sistema de pesos e medidas norte-americano em vez de usar as formas correspondentes do sistema métrico, deixando que palavras em inglês permeiem meu texto traduzido, não estarei contribuindo para o colonialismo cultural neste país tão assolado por *parkings* e *shoppings*? Neste caso, a suposta superioridade ética da estratégia estrangeirizante teria que ser relativizada, e passaria a depender da correlação de forças das duas culturas envolvidas num ato tradutório.

Porém podemos imaginar uma outra linha de argumentação em favor da abordagem estrangeirizante. Todo ato de tradução é, necessariamente, uma forma de falsificação. É claro que na folha de rosto, ou mesmo na capa, o nome do tradutor aparece estampado: *No caminho de Swann*, de Marcel Proust, tradução de Mário Quintana. Mas ao longo da leitura, é necessário que o leitor acredite estar lendo Proust, muito embora as palavras que ele tem diante de seus olhos na verdade tenham sido escritas por Quintana. Uma falsificação anunciada, sem dúvida, mas assim mesmo uma falsificação. Ora, sendo assim, o mínimo que se pode pedir a Mário Quintana é que ele se mantenha tão próximo de Proust quanto é possível, sem violentar a língua portuguesa. Ou mesmo violentando-a um pouco: penso em *Nas peles da cebola*, o livro de memórias de Günter Grass traduzido há dois anos por Marcelo Backes. No seu posfácio, o tradutor assume que sentiu ser necessário, “mais do que levar a obra ao leitor, [...] trazer o leitor à obra” (Grass, 2007: 375). Ele mostra que foi obrigado a manter toda a terminologia da complexa hierarquia da SS, termos para os quais não poderia haver correspondentes em português; assim, conserva-os todos em alemão, explicando-lhes o sentido, porém, num glossário ao final do volume.

E, estando o texto eivado de germanismos explícitos como *Hauptsturmführer* e *Oberscharführer*, que sentido haveria em tentar torná-lo de algum modo familiar para o leitor brasileiro? Assim, Marcelo Backes assume uma postura fortemente estrangeirizante, produzindo frases como “Sempre de novo fui atraído àquele esconderijo (p. 51) ou “Aqui, essa peça amarelo-mel, que é transparente e só próxima às bordas crostosas se mostra um pouco mais leitosamente nebulosa” (p. 53). Diante de estruturas assim, seria impossível esquecer que se está lendo uma obra alemã, que o texto português que se tem diante dos olhos representa apenas o mínimo de intervenção estritamente necessária para que o leitor lusófono tenha acesso a uma obra passada na Alemanha, escrita em alemão por um autor alemão. Marcelo Backes assume a postura de um mediador cultural que não se contenta em permanecer entre duas culturas: ele como que arrasta em direção a uma Alemanha dilacerada pela guerra o leitor brasileiro, confortavelmente instalado em sua poltrona numa cidade que jamais passou por uma experiência comparável à Segunda Guerra Mundial. Passada a estranheza inicial, o efeito é surpreendente, e profundamente enriquecedor.

Este seria, portanto, o argumento decisivo em favor da estrangeirização: trata-se de uma atitude de respeito pela língua e pela cultura estrangeiras, um respeito tão profundo que leva o tradutor a por vezes ultrapassar os limites de seu próprio idioma, distorcendo-o de modo calculado a fim de conservar algo da qualidade alheia, estranha, do estrangeiro. Esse “ato ético consiste em reconhecer e receber o Outro enquanto Outro”, como observa Antoine Berman (2007: 68), citando Levinas. Tanto faz que o Outro pertença a uma cultura central ou periférica; é sempre necessário respeitá-lo em sua especificidade e estranheza. Essa postura, porém, pressupõe uma certa autoconfiança – não apenas da parte do tradutor, como também da cultura a que ele pertence. Há culturas que se sentem seguras de si o bastante para permitirem que a elas se incorporem elementos estrangeiros sem medo de que se descaracterizem. Já outras encaram seu próprio patrimônio cultural, principalmente o idioma, como um tesouro valioso, porém extremamente frágil, que é preciso proteger constantemente das forças externas que poderiam fazê-lo desfigurar-se, ou mesmo desintegrar-se.

Sob esse aspecto, podemos contrastar a cultura anglófona com a cultura lusófona. O inglês, idioma de uma cultura que esbanja autoconfiança, permite toda a sorte de importações lexicais sem qualquer problema; admite palavras novas sem sequer pedir que elas se conformem à ortografia tradicional – até porque a tradição ortográfica inglesa é justamente o vale-tudo: aceitam-se palavras grafadas conforme as convenções ortográficas de suas línguas de origem sem qualquer adaptação, inclusive com os diacríticos originais, muito embora o inglês não utilize nenhum diacrítico. Do mesmo modo, permite-se ao escritor criativo que introduza quaisquer alterações na grafia das palavras, ao reproduzir a fala de um personagem, de modo a refletir seu sotaque regional ou estrangeiro, suas peculiaridades de articulação; toda e qualquer distorção, contração ou interpolação pode ser devidamente registrada. A ideia de que a presença de algumas cedilhas ou acentos poderia de algum modo conspurcar a pureza do inglês é algo que jamais ocorreria a um britânico ou norte-americano.

O caso do português é precisamente o oposto. O ideal de pureza linguística se manifesta na obrigação de grifar palavras não aportuguesadas e na tendência a propor grafias normalizadas quando uma palavra estrangeira é incorporada ao vocabulário, bem como nas periódicas campanhas contra o uso de termos estrangeiros na publicidade. Se o anglófono vê seu idioma como enriquecido pelas constantes infusões de palavras e expressões de outras línguas, o lusófono vê a “última flor do Lácio” como uma planta tenra ameaçada de extinção. Por esse motivo, as estratégias estrangeirizantes muitas vezes são encaradas como ameaças à pureza do português. Espera-se do tradutor que seu amor protetor pela língua e cultura nacionais seja maior do que seu respeito pela língua e cultura do texto traduzido, e dificilmente se dá ouvidos ao argumento — utilizado por Schleiermacher no texto já mencionado — de que um idioma pode ser enriquecido com a importação de elementos estrangeiros, sendo justamente esse enriquecimento uma das contribuições que o tradutor pode dar a sua própria cultura.

No entanto, a ideia de Schleiermacher merece consideração. Ao contribuir para a ampliação do léxico de seu idioma, ou simplesmente ao alargar o significado de uma palavra já existente de modo que ela possa traduzir uma palavra estrangeira para a qual não há um termo que lhe corresponda exatamente, o tradutor estará tornando seu idioma mais poderoso, pois se a solução por ele proposta vingar, sua língua terá adquirido a capacidade de referir-se a um conceito que até então lhe era estranho. A partir de seu exemplo, escritores futuros poderão usar a velha palavra com a nova acepção ampliada, e não precisarão mais recorrer a termos estrangeiros ou a paráfrases prolixas para exprimir um conceito antes considerado intraduzível. Sem dúvida, isso representa um ganho para o idioma nativo. Mas é claro que estou me referindo à introdução de um neologismo, aportuguesado ou não, ou ao alargamento calculado da acepção de um termo já existente, em resposta a uma necessidade sentida pelos falantes do idioma, e não no estrangeirismo ditado pela preguiça do tradutor ou pela mentalidade de colonizado que atribui glamour a tudo que vem de fora. A introdução no português de palavras como “privacidade” ou *hip-hop*, ou a nova acepção dada ao verbo “domesticar” pelos tradutores de textos produzidos em inglês na área da teoria da tradução, podem ser defendidas na medida em que elas vêm preencher lacunas percebidas pelos falantes do português brasileiro. Por outro lado, não parece haver uma justificativa razoável para um termo como “parqueamento”, tendo em vista que a palavra “estacionamento” já existia e era de largo emprego antes da introdução do anglicismo. Tampouco haveria razão para alargar a acepção de “inteligência” para traduzir o inglês *intelligence* no sentido de “informações”. Porém, ainda que empréstimos como esses pareçam supérfluos, os esforços no sentido de impedir a introdução de estrangeirismos, valendo-se para isso até da força da lei, fundam-se numa dupla ilusão: a de que existem línguas “puras” e a de que é possível deter a mudança linguística por meios legais. Os idiomas são organismos vivos, em constante mutação, e um dos inúmeros fatores responsáveis por essa mutação é justamente o contato entre idiomas diferentes. A maior parte das mudanças ocorre espontaneamente, no contexto da fala, e sobre elas não há nem pode haver nenhum controle. Mas há também mudanças que se dão no âmbito específico da língua escrita, e muitas delas têm origem nas decisões específicas tomadas por tradutores de obras que vêm a se tornar influentes na cultura-meta.

Para que o tradutor possa agir como mediador cultural e não como protetor da pureza de sua cultura, tem de haver um pressuposto básico: o de que as culturas podem interagir sem que uma seja engolida pela outra. Não deixa de ser curioso constatar o sentimento de insegurança que há por trás de medidas como as propostas de lei para impedir o uso de palavras estrangeiras no Brasil. Pois se há um aspecto em relação ao qual o Brasil sem dúvida alguma “deu certo”, trata-se da criação de uma cultura brasileira própria, distinta, que engloba o território todo, do Oiapoque ao Chuí. Ao longo de três séculos de existência como colônia e dois como Estado independente, pode-se argumentar que muita coisa neste país ainda deixa a desejar, como o estabelecimento de instituições sólidas, uma constituição que não viva ao sabor das conveniências políticas, uma mentalidade de cidadania e respeito pela coisa pública. Por outro lado, parece-me incontestável que o Brasil conseguiu construir uma cultura rica, variada e inconfundível, cuja base principal é o idioma, que ao mesmo tempo unifica toda a população apesar de toda a sua diversidade étnica e nos distingue do resto da América do Sul. Por maiores que sejam os problemas do Estado brasileiro, a nação brasileira, a meu ver, é um sucesso inquestionável.

A língua portuguesa é a sexta língua com maior número de falantes no mundo, e tem um bom potencial de crescimento. Não parece haver motivo, portanto, para qualquer temor de extinção. Como os prognósticos para a economia brasileira vêm melhorando, é de se esperar que a cultura brasileira se torne mais autoconfiante no futuro, e a preocupação obsessiva com a proteção da integridade de nosso idioma esmoreça aos poucos. Uma consequência natural desse processo, a meu ver, será a possibilidade de que os tradutores literários possam atuar mais livremente como mediadores culturais nos dois sentidos – divulgando a literatura brasileira no exterior e enriquecendo o português por meio de traduções mais estrangeirizantes – sem a preocupação com a possibilidade de estarem ameaçando a integridade de nosso idioma e nossa cultura.

Referências bibliográficas

- Berman, A. 2007. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Tradução de M.-H. C. Torres, M. Furlan e A. Guerini. Rio de Janeiro: 7Letras/PGET.
- Grass, G. 2007. *Nas peles da cebola: memórias*. Trad. M. Backes. Rio de Janeiro/São Paulo: Record.
- Schleiermacher, F. 2001. Sobre os diferentes métodos de tradução. Trad. M. Von Muhlen Poll. In: Heidermann, W. (org.). *Clássicos da teoria da tradução: antologia bilingue, alemão-português* (vol. 1). Florianópolis: UFSC, Núcleo de Tradução.